

Movimentos de mulheres pelo fim da violência contra as mulheres

Para nós, que somos militantes do movimento de mulheres e movimentos sociais, as finanças públicas têm que estar orientadas à garantia dos direitos das pessoas, e não para favorecer o lucro do capital, a exploração das pessoas e a devastação ambiental. Esta é a nossa luta.

Neste momento, em que comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra e estando às vésperas do 25 de novembro (Dia Latino americano e caribenho pelo fim da violência contra as mulheres), nós queremos levantar, especificamente, a questão do orçamento para as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Sabemos que o Congresso Nacional está discutindo e decidindo sobre o Orçamento de 2013. O Ministério do Planejamento, por sua vez, está estruturando o primeiro relatório sobre o PPA 2012-2015 para o ano que vem. A Secretaria de Políticas para as Mulheres está prestes a lançar o novo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2012-2015. E há todo um processo em curso relacionado a Repactuação entre governos estaduais e federal para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Neste contexto, a incidência política da AMB, MMC, MAB, MST reivindica estratégias mais efetivas, mais recursos, mais transparência do Poder Público, condições reais de participação e controle social para que possamos saber em quê, para quê, onde e quanto está sendo investido na proteção e na punição da violência contra as mulheres, do campo e da cidade.

Reivindicamos espaço político, radicalmente democrático, para que os movimentos de mulheres e movimentos sociais possam participar da construção de alternativas em termos das políticas e do orçamento públicos para eliminar a violência contra as mulheres.

Consideramos inaceitável que, depois de três décadas da criação da primeira delegacia de atendimento às mulheres e de oito anos de vigência do Pacto Nacional para o Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, o número de homicídios femininos tenha crescido sem tréguas e que sejam as mulheres negras as vítimas, em proporções cada vez maiores, deste tipo de violência. Para nós, um dos absurdos dessa situação tão trágica é que, nos últimos onze anos, apesar do aumento sistemático dos recursos do orçamento federal para tais políticas, tais investimentos não evitaram a morte de um número cada vez maior de mulheres por causas violentas, assim como não preveniu o crescimento do tráfico interno de mulheres latino-americanas para o Brasil.

No contexto dos mega projetos de infraestrutura, as mulheres são trazidas para o Brasil principalmente para o trabalho doméstico e a indústrias da confecção, bem como para a exploração sexual adulta e infantil. Para nós, é urgente a estruturação de programas de retaguarda nas regiões de fronteira secas e a imediata implementação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com recursos adequados.

Orçamento para as políticas de enfrentamento da violência contra as mulheres

Sabemos que uma política pública para ser efetiva precisa ter orçamento. Por mais bem intencionados que possam ser os planos de governos, todo ano as políticas públicas precisam de recursos para serem implementadas e consolidadas. A organização do Ciclo Orçamentário pelos governos municipais, estaduais e federal retrata as decisões e as prioridades para o financiamento público. Com a política de enfrentamento à violência contra as mulheres não pode ser diferente.

Para os nossos movimentos, os processos de formação e a incidência no campo das finanças públicas e no monitoramento das Políticas para as Mulheres resultaram na vitalização da participação popular, a partir da perspectiva feminista, anticapitalista e antirracista, com vistas à garantia de direitos.

Nossa atuação nessa área trouxe muito mais que a ampliação dos recursos financeiros para as políticas de igualdade e de justiça socioambiental. Os movimentos de mulheres se apoderaram de informações importantes para sua incidência no campo das políticas públicas, passando a propor ações governamentais concretas. Dessa forma, fortalecemos a noção de que as políticas públicas são um direito da cidadania, um direito das mulheres da cidade e do campo, e não apenas uma ação governamental para solucionar problemas que identificam na sociedade.

O orçamento para o combate à violência vem aumentando desde a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da publicação da Lei Maria da Penha, mas ainda estamos longe de garantir que esta seja uma prioridade governamental. Além de lutarmos por mais recursos para as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, lutamos também por mais transparência no Orçamento Público. Transparência e ampla participação são condições essenciais para a consolidação da nossa democracia, para o exercício da cidadania, para o controle social. Nesse sentido, o conjunto das informações relativas ao orçamento público e seu processo de debate, decisão, execução e avaliação, deve ser entendido como um valioso instrumento político para os movimentos sociais. Contudo, com as mudanças no PPA 2012-2015 e na proposta da Lei Orçamentária Anual 2013, a pouca transparência que temos agora está seriamente ameaçada.

Propomos que o orçamento público, seja direcionado a políticas públicas que garantam as mulheres autonomia para geração da renda, através do acesso aos meios de produção: trabalho, salário digno, terra, crédito, moradia, educação, lazer, seguridade social: Saúde Pública, Previdência Pública, Universal e Solidária, garantindo a condição de seguradas especiais e Assistência Social, creches para o campo e cidade e moradia.

Possibilitar acesso a recursos públicos aos movimentos sociais para fazer formação, capacitação com as mulheres relacionados a questão da produção de alimentos saudáveis, fortalecendo a agroecologia como um projeto para o campo e cidade, o incentivo ao cultivo e uso das plantas medicinais, sementes crioulas, valorização do conhecimento e saberes populares. Promovendo assim, a geração de renda e garantia do bem estar as mulheres e aos povos em seus territórios.

Assinam este documento:

Articulação de Mulheres Brasileiras

Movimento de Mulheres Camponesas,

Movimento dos Atingidos por Barragens,

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra